
Ata da Reunião Ordinária do CERMA/PR – 22/02/2016

1
2
3 No vigésimo segundo dia do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, às 9h, quarto andar, ala A, do
4 Palácio das Araucárias – Rua Jacy Loureiro de Campo s/n, nesta Capital, foi realizada a Reunião
5 Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná –
6 CERMA/PR. Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia: **Governamentais:** **Fátima Ikiko**
7 **Yokohama** e **Regina Bergamaschi Bley** (SEJU), **Lucimar Godoy** (SESA), **Katyani Ogura da Silveira** e
8 **Rosane Maria Schafachek Maciel** (Casa Civil), **Tamara Zazera Rezende** (SEDS), **Marcia Leonora**
9 **Dudeque** (SEED), **Vladimir Luiz de Oliveira** (SESP), **Ibson Augusto Rhoden** (SEET) e **Paulo Henrique**
10 **Mariano** (SETI). **Sociedade Civil:** **Laurette Bernadin** e **Berthony Pieere** (ASHBRA), **Márcia Terezinha**
11 **Ponce** e **Tailaine Cristina Costa** (Cáritas Arquidiocesana de Londrina), **Edesia de Souza Sato** (Pastoral
12 Migratória Arquidiocese de Curitiba), **Ozeil Moura dos Santos** (Centro de Integração Social, Cultural,
13 Comercial e Turístico – Afro-Brasileiro), **Elediane Carvalho da Rosa** e **Orlei Salete Bertuol Acco**
14 (Movimento dos Haitianos de Pato Branco – MHAPA), **Elizete Sant’anna de Oliveira** (Serviço Pastoral
15 dos Migrantes – SPM) e **Marcos Stier Calixto** e **Silvana Leoni Calixto** (Centro de Apoio ao Estrangeiro
16 no Brasil). A Conselheira **Sueli de Castro Gomes** (ARAS/Cáritas Maringá) se apresentou, porém não
17 assinou a lista de presença. **Colaboradores/Convidados:** **Eloisa Helena Machado** (Ministério Público
18 Federal), **Claudia Cristina Hoffmann** e **Raquel Osowski** (Ministério Público Estadual), **Silvia Cristina**
19 **Xavier** (Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Paraná – CETP/PR) e
20 **Louise Rocha Raymundo** (SEJU). **Justificativa de Ausência:** **Darli Machado Santana** (SEEC), por
21 não fazer mais parte da Secretaria, **Felipe Belache Kugler** (Defensoria Pública da União), por
22 compromissos previamente agendados e **Alzir Felipe Buffara Antunes** (Universidade Federal do
23 Paraná – Cátedra Sérgio Viera de Mello). **1º – Abertura:** A Conselheira Fátima Yokohama cumprimentou
24 a todos e se apresentou ao Conselho, apresentando na sequência, a equipe interna da SEJU. Ela
25 informou que todas as questões administrativas devem ser resolvidas com a Secretária Executiva e as
26 questões políticas e técnicas estão sob a responsabilidade da assessora Louise Rocha Raymundo. O
27 Secretário de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Dr. Leonildo Grota, se apresentou e
28 relatou a importância da criação do Conselho. **2º – Aprovação da Pauta:** A pauta foi lida e aprovada por
29 unanimidade. **3º – Apresentação dos Conselheiros e respectivas Instituições (Governamental e**
30 **Sociedade Civil):** Foram abertas as apresentações de todos os Conselheiros presentes e de suas
31 respectivas Instituições e Órgãos. A assessora Louise fez uma breve apresentação a respeito do
32 Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, explicando desde o início da criação da CERMA. Em
33 seguida, a Secretária Executiva apresentou questões referentes à hospedagem, transporte e
34 alimentação. Informou que o hotel é reservado pela SEJU, e por isso, o Conselheiro que necessitar deste



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
CONSELHO ESTADUAL DE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ – CPICT/PR

35 serviço deverá confirmar sua presença à Divisão de Apoio aos Conselhos o mais breve possível, para
36 que se façam os devidos encaminhamentos. Ressalva-se que as despesas realizadas a parte, no Hotel,
37 são de responsabilidade dos próprios Conselheiros. A alimentação é realizada no hotel licitado, logo,
38 deverá ser feita lá, não havendo ressarcimento em caso de alimentação realizada em outros locais. Em
39 relação à alimentação dos Conselheiros da Capital, cabe às instituições cobrir os custos. Quanto ao
40 transporte, os Conselheiros deverão entregar à SEJU os bilhetes originais das passagens (ida e volta),
41 para realização do devido ressarcimento. Informou que não há pagamento de combustível para veículo
42 próprio, e a respeito da utilização de táxi, deverá ser solicitado ao motorista a emissão de nota fiscal ou
43 recibo, que contenha de forma legível e sem rasuras o nome do motorista, documento de identificação
44 (RG/CPF), placa do veículo, trajeto percorrido, sem trocas de letras e/ou cor de caneta. A Conselheira
45 Fátima sugeriu que, sempre que necessário, sejam realizadas reuniões de até uma hora entre os
46 membros do governo e entre os membros da sociedade civil. Tais reuniões objetivam estreitar a relação
47 entre seus membros e deverão ocorrer de forma simultaneamente, porém em sala separadas. Foi
48 ressaltado pelas Conselheiras Fátima, Márcia Ponce e o Conselheiro Ozeil a importância do Cartão
49 Corporativo para que se tenha uma agilidade nos processos de ressarcimento e facilitando, também, o
50 almoço próximo ao local da reunião, não apenas no hotel. A Conselheira Laurette questionou a respeito
51 das Casas de Passagem, visto que os refugiados não possuem lugar para ficar quando chegam ao
52 Brasil. O Conselheiro Ozeil informou que na Av. Pref. Omar Sabbag, 1125, o Governo locou uma casa
53 com um terreno anexo que serve de estacionamento, para carros, vans e micro ônibus. Esta casa atua
54 como Casa de Apoio, dando hospedagem, café da manhã, almoço e jantar às pessoas quem vêm de
55 outros municípios para serem atendidos no setor de saúde, e poderá servir como exemplo para uma casa
56 de Migrantes. Fátima esclareceu que a SEJU, junto com a SEDS, está buscando viabilizar uma Casa de
57 Acolhimento e o Centro de Referência Estadual de Migrantes, Refugiados e Apátridas. Além disso,
58 ressaltou que os Estados passaram a perceber mais os reais problemas e as reais possibilidades de
59 atendimento. A Conselheira Tamara informou que a política de acolhimento é uma política da Assistência
60 Social, que possui legislação nacional, inclusive uma legislação especial para acolhimento de adultos e
61 famílias. Contou também que a SEDS já está aguardando a aprovação de recuso para começar a
62 trabalhar em Casa de Passagem. Conselheira Márcia Ponce disse que é procurada em Londrina a
63 respeito desta proposta de acolhimento e relatou a dificuldade da manutenção dos refugiados no interior
64 do Estado, reforçando que cabe às instituições defenderem suas causas e mostrarem que é preciso que
65 se tenha um empenho por parte das Secretarias para a resolução dos problemas como um todo.
66 Conselheira Tamara contou que o Governo Federal lançou um edital para os Estados e Municípios
67 acessarem o recurso, então o Governo lançaria um recurso para as entidades e o Governo Estadual e o

[Palácio das Araucárias](#)

Rua Jacy Loureiro de Campos s/n, Térreo – Centro Cívico

Fone: [41\)3221-7243](tel:(41)3221-7243) / [3221-7249](tel:3221-7249) - CEP 80530-915 - Curitiba/PR

68 Município teriam o financiamento para abrir as vagas nas Casas de Acolhimento. Reforçou que a
69 Assistência Social não possui um setor próprio para migrantes e, mesmo que os critérios do edital
70 indiquem muito a demanda desses, não há uma restrição para que o financiamento fosse utilizado
71 apenas para migrantes e refugiados. Conselheira Márcia Ponce desabafou que os migrantes parecem
72 estar invisíveis aos olhos do Governo e a Conselheira Tamara disse que também percebeu isso, e
73 completou afirmando que essa é a importância do Conselho, fazer com que as demandas de fato
74 cheguem aos responsáveis para poder ajudar a todos da melhor forma. A Conselheira Silvana declarou
75 que não gostaria que houvesse Casas de Passagem que misturassem usuários de drogas com
76 migrantes, por se tratarem de realidades diferentes e, ainda, que gostaria desse suporte para que os
77 migrantes realmente se estabelecessem na região, sem ter que ficar mudando de Casa de Passagem a
78 cada vez que acaba o prazo de estadia. A Conselheira Regina disse que tais apontamentos já são
79 entendidos como demandas, e foi essa diferenciação entre capital e interior que fez com que fosse criado
80 o Conselho. Além disso, o Conselho permitirá agora um melhor mapeamento da realidade da migração e
81 do refúgio no Estado do Paraná, até porque os dados são essenciais para a efetivação das políticas
82 públicas. A Conselheira Elizete comentou a respeito da importância da união com os empresários para
83 que eles possam auxiliar também os migrantes e refugiados e complementou afirmando que há muita
84 gente querendo ajudar, mas querem ter a certeza de que o dinheiro está sendo utilizado corretamente. A
85 Conselheira Regina alegou que o que está se observando é a expressão das preocupações e angústias
86 de um grupo e instituições que atuam com essa política e que tem demandas que deveriam, mas não
87 estão sendo atendidas. Completou dizendo que, agora, com o Conselho, será possível dar efetividade às
88 propostas que já estavam sendo trabalhadas no Comitê, visto que o Conselho possui um caráter
89 deliberativo, dando força às discussões ali realizadas. Sugeriu também que sejam expostas as demandas
90 emergenciais, para serem aplicadas ao plano de trabalho e serem efetivadas durante o Conselho. Tendo
91 a mesa diretora definida, deve-se trabalhar na organização interna do Conselho e elaborar uma agenda.
92 Finalizando a discussão sobre as demandas, Conselheira Regina propôs um encontro apenas dos
93 representantes governamentais, após o almoço, para a organização sobre a representação do Conselho,
94 dando liberdade para os representantes da sociedade civil fazerem o mesmo. Conselheira Márcia Ponce
95 indagou sobre o funcionamento das eleições, se os representantes da sociedade civil votariam ou não,
96 visto que o primeiro presidente e vice devem ser membros do Governo. Conselheira Regina respondeu
97 que isso deve ser definido no Regimento Interno e que, por enquanto, o que está resolvido é ser membro
98 do Governo nesta primeira eleição para melhor organização. Entretanto, reforça que todos devem
99 participar da discussão, uma vez que poderá sofrer alterações para as próximas eleições. Quanto à
100 questão dos votos, Conselheira Regina afirmou que, quando a representação for feita pelos
101 governamentais, apenas esses votam, e o mesmo ocorre quando for feita pela sociedade civil. Ou seja,



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
CONSELHO ESTADUAL DE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ – CPICT/PR

102 fica a critério do grupo a escolha daquele que os representará, sendo isso apresentado na Plenária,
103 normalmente sem referendo, mas é possível que haja oposição. Esclareceu ainda que, a mesa diretora
104 eleita no primeiro momento, terá a responsabilidade de elaborar uma minuta de um Regimento Interno,
105 em detalhes, submetendo-o à discussão de todos os Conselheiros e Conselheiras, para aprovação ou
106 possível alteração. A Conselheira Tailaine questionou sob o regulamento, pois, para ela, há uma
107 ambiguidade no Art. 19, *caput*, não há clareza quanto à alternância, sendo ela do período do mandato ou
108 se da presidência e a vice-presidência. Conselheira Regina explicou que se refere à possível alternância
109 entre governamentais e sociedade civil na posição de presidência e/ou vice. Conselheira Tailaine, então,
110 pede que haja um esclarecimento no Regimento, ou então, a rediscussão da redação da lei a fim de
111 sanar a dupla interpretação. O Conselheiro Ozeil, Cônsul Senegalense, fez uma ressalva à Conselheira
112 Sueli, afirmando que ela possui a oportunidade ideal para fazer as coisas acontecerem em Maringá, junto
113 à presença do líder político, a Vice-Governadora, Cida Borghetti, o Deputado Federal Ricardo Barros, o
114 Secretário de Planejamento e a Deputada Estadual Maria Victoria. Então, esse seria o momento ideal
115 para que ela apresentasse os planos do Município para esses e iniciar as ações. Conselheira Sueli
116 reforçou a necessidade dos dados a serem recolhidos pela Conselheira Tamara para então apresentá-los
117 com as propostas. A Conselheira Regina encerrou a reunião da parte da manhã. **4 – Eleição da Mesa**
118 **Diretora:** Conforme acordado na reunião realizada no período da manhã, ao retomarem a reunião na
119 parte da tarde, foram iniciados os trabalhos para a eleição da mesa diretora. Conselheira Regina
120 anunciou que este primeiro mandato é um mandato tampão, ou seja, será apenas de noventa dias, pois
121 objetiva coordenar os trabalhos das reuniões e de elaborar, junto à Comissão específica, o Regimento
122 Interno. Foi decidido que a Conselheira Katyani (Casa Civil) assumirá a presidência, pois, se entenderem
123 como necessária a alteração da Lei que criou este Conselho, referida alteração deverá tramitar pela
124 Casa Civil, podendo a presidente do Conselho lançar esforços e acompanhar diretamente junto à Pasta.
125 A vice-presidente será a Conselheira Fátima (SEJU) e o Secretário-Geral será o Conselheiro Paulo
126 Henrique (SETI). Conselheira Tailaine, mais uma vez a respeito do Regulamento, afirmou que os
127 membros da sociedade civil se reuniram e fizeram a interpretação da Lei de criação, já levantada
128 anteriormente, e constatou-se que, no entendimento deles, a alternância contida no *caput* do Art. 19,
129 refere-se à alternância no sentido de um representante governamental e um da sociedade civil, no
130 mesmo mandato, e não alternando em mandatos diferentes. Comentou também que eles pensaram
131 quanto ao tempo do mandato tampão, e que acreditam que noventa dias é um bom prazo, mas que
132 chegaram a pensar em até seis meses. Com isso, a Conselheira Regina propôs que este primeiro
133 mandato tenha período de noventa dias e caso seja necessário, prorrogável por mais trinta dias,
134 atingindo o prazo máximo de cento e vinte dias de duração. A Conselheira Márcia Ponce perguntou como

135 funcionariam as reuniões da Comissão elaboradora do Regimento Interno e Conselheira Regina explicou
136 que a Comissão se encontraria sempre que necessário, sendo que os encontros poderiam ser realizados
137 fora do horário das reuniões do CERMA, a fim de levar à Plenária as ideias discutidas, para a aprovação
138 de todos nas Reuniões Ordinárias. Conselheira Márcia Ponce sugeriu que as reuniões fossem
139 extraordinárias, pela dificuldade de deslocamento dos membros do interior do Paraná. Conselheira
140 Fátima concordou com o prazo de noventa dias e possível prorrogação. Ela esclareceu que nos noventa
141 dias, a Comissão deverá apresentar à Plenária do Conselho a proposta a ser votada e, como essa pode
142 precisar de alteração, os trinta dias seguintes seriam para redigir e reapresentar como trabalho final da
143 mesa diretiva. Conselheira Regina lembrou a importância dos Municípios do interior do Estado serem
144 representados. Entretanto há uma questão de ordem administrativa, ela afirmou que há dificuldades em
145 pagar as despesas para as reuniões das Comissões, então quando houver representação dos outros
146 Municípios que não a Capital, o que se pode fazer é tentar reunir os membros do Comitê um dia antes
147 das reuniões do Conselho. Conselheira Fátima completou dizendo que nem sempre é necessário uma
148 reunião presencial, visto que é possível resolver muitas questões pela internet. A mesa diretora eleita foi
149 aprovada por unanimidade. **5 – Criação da Comissão para elaboração do Regimento Interno:** Tendo
150 em vista que a mesa diretora está composta por membros governamentais, Conselheira Regina propôs
151 que a maior parte dos participantes da Comissão sejam membros da sociedade civil. O Conselheiro
152 Marcos Calixto sugeriu que houvesse uma representatividade formal (para a formação do regimento
153 juridicamente e composta totalmente por membros da sociedade civil) e uma informal, contando com a
154 participação de todos os membros do Conselho, conversando sempre e sugerindo o que deve ou não ser
155 implantado a fim de cobrir as necessidades de cada um. Seguindo a sugestão do Conselheiro Marcos,
156 abriu-se para as instituições se disporem à representação formal. Com isso, ficou decidido a formação da
157 Comissão contando com a presença da Presidente (Katyani Ogura da Silveira), da vice-presidente
158 (Fátima Ikiko Yokohama), do Secretário-geral (Paulo Henrique Mariano), Tailaine Cristiana Costa (Cáritas
159 Arquidiocesana de Londrina), Ozeil Moura dos Santos (Centro de Integração Social, Cultural, Comercial e
160 Turístico – Afro-Brasileiro) e Elizete Sant’Anna de Oliveira (Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM). **6 –**
161 **Discussão da criação das Câmaras Técnicas:** Conselheira Regina começou explicando qual é a
162 função das Câmaras Técnicas, assim como as Comissões, é de receber antecipadamente as demandas
163 específicas (tratar de assuntos específicos dentro do Conselho). A Convidada Dr. Heloisa sugeriu que
164 convidassem o Ministério Público do Trabalho para participar do Conselho, uma vez que os migrantes e
165 refugiados também precisam trabalhar, e reforçou que as demandas desse caso também são específicas,
166 tratando de exploração de trabalho e afins, sendo difícil a tomada de decisões sem a presença desse
167 Ministério. Conselheira Regina frisou que é possível a participação (com direito a voz, porém sem direito
168 a voto) de entidades e órgãos públicos ou privados cuja participação seja considerada importante diante



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
CONSELHO ESTADUAL DE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ – CPICT/PR

169 da pauta da sessão. Conselheira Márcia Ponce questionou a respeito da participação dos convidados e
170 colaboradores, em especial da Polícia Federal e a Conselheira Regina respondeu que eles são
171 convidados, com direito a voz e não com direito a voto, devido à afinidade com essa política, mas não
172 possuem a obrigatoriedade de comparecimento. Conselheira Fátima avisou que em cada Câmara são
173 indicados um coordenador e um relator, mas independente disso, a decisão final é sempre da Plenária. A
174 Secretária Executiva indicou que possui algumas sugestões de Câmaras, baseadas nas Câmaras
175 existentes em outros Conselhos. Explicou que existem as Comissões Permanentes e Temporárias,
176 integradas por Conselheiros titulares, sendo que na sua falta os suplentes assumem. Os coordenadores
177 e relatores de cada Comissão serão escolhidos internamente por seus próprios membros e a
178 coordenação das Comissões deverá ser exercida exclusivamente pelo Conselheiro do CERMA, ainda,
179 poderão solicitar assessoria técnica para obter esclarecimentos pertinentes aos temas em pauta para
180 melhor opinarem e decidirem sobre eles. Além disso, as Comissões, para perfeito cumprimento de suas
181 atribuições, poderão contar com a infraestrutura administrativa e operacional necessária através do
182 Gestor Estadual da Política de Migrantes e Refugiados. As Comissões do CERMA poderão desenvolver
183 suas atribuições de acordo com o regulamento específico a ser aprovado pelo Conselho. A Secretária
184 Executiva passou então a expor as Comissões e quais seriam as competências de cada uma.
185 Conselheira Regina reforçou que são apenas sugestões, que existem em praticamente todos os
186 Conselhos, sendo necessário pensar na criação de Comissões mais específicas para o CERMA, junto à
187 criação do Regimento Interno. Ainda, comentou a respeito da priorização de pautas, para melhor
188 organização da forma de trabalho. Conselheiro Ozeil sugeriu que cada representante da sociedade civil
189 elenque os problemas observados durante a sua atividade e proponha o que pode ser feito para
190 melhorar. Assim, ter-se-á um plano de trabalho global. Conselheiro Calixto recomenda que o trabalho das
191 Comissões seja alimentado pelos assuntos tratados durante as reuniões ordinárias, pois, juntando-se à
192 ideia do Conselheiro Ozeil, torna-se mais fácil a distinção e encaminhamento para a Comissão mais
193 adequada. Conselheiro Ozeil ressaltou a importância de cada presidente de instituição expor as
194 dificuldades enfrentadas para melhor fluidez nas discussões. Conselheira Márcia Ponce pontuou a
195 criação de uma Comissão própria para o mapeamento das instituições e das ações e outra Comissão
196 para apurar as denúncias, visto que esta última, provavelmente terá muitas demandas. A Conselheira
197 Fátima solicitou à Conselheira Tamara que, para a próxima reunião, encaminhe a listagem das
198 instituições do Paraná que trabalham com migrantes e refugiados. Conselheira Tamara explicou que a
199 assistência social possui um censo que contem o cadastro de todas as entidades, contudo tal cadastro
200 faz uma distinção genérica quanto à classificação quanto a serem adultos ou famílias, o que dificulta a
201 distinção a cerca de quais tratam tal política. Conselheira Tamara, se comprometeu em tentar identificar

[Palácio das Araucárias](#)

Rua Jacy Loureiro de Campos s/n, Térreo – Centro Cívico

Fone: [\(41\)3221-7243 / 3221-7249 - CEP 80530-915 - Curitiba/PR](tel:(41)3221-7243)

202 dentre essas entidades, quais se encaixam na proposta do Conselho. Conselheiro Paulo Henrique
203 afirmou que, para ele, deve-se primeiro ter o levantamento proposto pelo Conselheiro Ozeil, para só
204 então se discutir quais serão as Comissões formadas e quais as prioridades de pautas e ações.
205 Conselheira Fátima sugeriu que, na próxima reunião, dois membros governamentais e dois da sociedade
206 civil exponham os problemas por eles enfrentados para facilitar a organização desde o início. O
207 Conselheiro Ozeil, mais uma vez, expôs a necessidade dos presidentes das instituições já se
208 programarem e identificarem as principais dificuldades, para encaminhar à Comissão e iniciar a
209 discussão. Ainda, ele afirmou que é preciso aproximar os empresários para essa política, mas também as
210 lideranças locais para auxiliar na luta pelas políticas. Conselheira Regina pediu, então, para que haja um
211 prazo para todos encaminharem os diagnósticos, a fim de facilitar a organização e exposição na reunião
212 seguinte. Ela indicou um prazo de dez ou doze dias para esse encaminhamento, para que a mesa
213 diretora organize tudo. Conselheiro Calixto levantou a possibilidade do mapeamento ser feito por meio de
214 critérios, num questionário direcionado, especificando a área (da saúde, por exemplo), para simplificar o
215 trabalho de organização. Conselheira Regina deu a ideia de se trabalhar com cinco perguntas nesse
216 questionário, abordando grandes temas e completou afirmando que isso facilitaria inclusive na hora de
217 relatar, uma vez que ficaria mais sistematizado. Conselheiro Ozeil solicitou ainda, que os membros, ao
218 expor os problemas e dificuldades, levantem possíveis formas de corrigi-los. Conselheiro Calixto
219 concordou, mas lembrou que é preciso haver didática ao fazer isso. A Conselheira Lucimar disse que,
220 para ela, é necessário que todos se conheçam, não apenas expondo os problemas, mas também qual a
221 finalidade de cada instituição governamental e da sociedade civil. Conselheira Regina informou que já há
222 um Plano Estadual de Ação, que foi pensado e discutido previamente a partir das conferências livres e
223 participação dos próprios migrantes, e que não deve ser desconsiderado. Então, ela sugere que seja
224 pensando nessas temáticas já estabelecidas, com a liberdade da Plenária incluir mais alguma se for
225 necessário, mas priorizando os eixos já decididos no plano, sendo eles: 1) Educação, 2) Família e
226 Desenvolvimento Social, 3) Saúde, 4) Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, 5) Segurança Pública e 6)
227 Trabalho. A Conselheira complementou dizendo que após o mapeamento das problemáticas, as
228 demandas seriam direcionadas dentro desses eixos, a fim de se trabalhar coerentemente com todo o
229 processo de construção que já foi feito e de uma maneira mais organizada. Além disso, Conselheira
230 Regina concordou com a ideia da Conselheira Lucimar de haver apresentações em cada reunião do
231 Conselho, a fim de uma maior interação entre todas as partes. Conselheira Tamara também apoiou a
232 sugestão da Conselheira Lucimar. Disse, também, que o Plano Estadual citado pela Conselheira Regina
233 possui uma validade até 2016, então, para ela, no segundo semestre desse ano, deve-se começar a
234 pensar a respeito de um novo Plano para prolongar as ações. Conselheira Katyani pediu para
235 encaminharem por e-mail as demandas e/ou soluções de cada instituição, seguindo os eixos do Plano



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
CONSELHO ESTADUAL DE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ – CPICT/PR

236 Estadual, até o dia 04 de março de 2016. Além disso, informou que será possível, a partir da reunião
237 seguinte, a apresentação de um órgão governamental e de um representante da sociedade civil, com
238 duração de no máximo vinte minutos como já sugerido anteriormente. Ficou acordado que na reunião do
239 mês de março, a SEDS e o Centro de Integração Social, Cultural, Comercial e Turístico – Afro-Brasileiro
240 farão as apresentações. A convidada Dra. Raquel (MPPR) perguntou para onde serão encaminhadas as
241 denúncias. Conselheira Regina respondeu que elas já podem ser enviadas ao Conselho, uma vez que
242 este já está criado, instituído e em funcionamento. Ainda, ela sugeriu que instituídas as Comissões, estas
243 possam ser realizadas no período da manhã e a Plenária realizada no mesmo dia, na parte da tarde,
244 sendo que nessa parte haverá um espaço para os relatos das Comissões. Ressaltou que sempre há uma
245 consulta prévia quanto aos tópicos para a pauta, geralmente com uma semana de antecedência, então
246 caso haja novas sugestões para as próximas pautas, o Conselho está sempre aberto para recebê-las e
247 analisá-las. **7 – Aprovação do Calendário de reuniões 2016:** A Secretária Executiva deu início à
248 discussão a respeito do calendário de reuniões para a aprovação e planejamento do setor administrativo
249 e dos Conselheiros. As datas foram definidas para todas as terças quintas-feiras do mês, com exceção
250 à primeira reunião, em decorrência do Carnaval, e da reunião de abril, devido ao feriado, sendo realizada
251 então na segunda quinta-feira do mês. Conselheira Fátima ressaltou que a sala não é utilizada apenas
252 pela SEJU, e que às vezes as reuniões poderão ser realizadas em outras salas do Palácio das
253 Araucárias. Conselheiro Ozeil fez uma colocação a respeito do estacionamento, pedindo a liberação de
254 mais vagas para visitantes e a Conselheira Fátima disse que não é possível liberar vagas no Palácio das
255 Araucárias, mas que verificará a possibilidade de estacionamento junto à Casa Civil. A Presidente
256 Katyani, representante da Casa Civil, disse que verificará a disponibilidade e responderá no próximo
257 encontro. Após algumas colocações da Conselheira Márcia Ponce e do Conselheiro Ozeil devido às
258 datas, o calendário foi aprovado por todos. Nada mais havendo para tratar, a presente Ata foi lavrada
259 pelo Núcleo de Assessoramento aos Conselhos – Departamento de Direitos Humanos e Cidadania –
260 DEDIHC que, após sua leitura e aprovação, será anexada à cópia da lista de presença assinada pelos
261 integrantes presentes nessa reunião.

Palácio das Araucárias

Rua Jacy Loureiro de Campos s/n, Térreo – Centro Cívico

Fone: (41)3221-7243 / 3221-7249 - CEP 80530-915 - Curitiba/PR